



Análise da Planilha de Custos - Empresa Aristocrata Tecnologia e Apoio Administrativo LTDA



Prezados,

Encaminhamos a análise da planilha de custos apresentada na proposta da empresa ARISTOCRATA TECNOLOGIA E APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA (CNPJ 18.125.445/0001-63), em atendimento ao Despacho COLIC nº 5037708/2025.

Durante a verificação, identificamos uma inconsistência na soma dos percentuais dos módulos, conforme demonstrado a seguir:

- Módulo 3: informado o total de 7,12%, quando a soma correta corresponde a 6,82%;
- Módulo 4: informado o total de 1,20%, quando a soma correta corresponde a 0,71%.

Salienta-se que tais divergências não comprometem o valor final, o qual está em conformidade com os percentuais individualmente apresentados pela empresa licitante ARISTOCRATA TECNOLOGIA E APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA.

A licitante apresentou na planilha de custos o valor do vale-alimentação de R\$ 37.00, amparado pelo percentual do PAT, de acordo com a faixa salarial, com base na CCT DF000783.2024 do SINDPD/DF, a qual já se encontra com a vigência expirada.

Todavia, verificou-se que apenas 25 empregados constam como beneficiários do PAT, circunstância que suscita dúvidas quanto ao efetivo quantitativo de pessoal da empresa e, por conseguinte, quanto à regularidade da fruição do referido benefício.

Contudo, conforme disposto no item 6.13.2 do Edital, não são admitidas propostas que indiquem valores inferiores aos estimados pela Administração para benefícios trabalhistas e/ou sociais.

Ademais, o Art. 5º do Decreto nº 12.174/2024 reforça que, nas contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a planilha de custos deve adotar valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração, considerando salário e auxílio-alimentação. Dessa forma, o valor correto a ser considerado é R\$ 39.23, conforme orçamento estimado pela Administração.

Diante do exposto, o Parecer nº 01949/2024/NLC/ELIC/PGF/AGU, da Procuradoria do FNDE, estabelece que, na ausência de instrumento coletivo vigente para a categoria, devem ser utilizadas como referência pesquisas de preços em fontes diversas, conforme dispõe a IN SEGES/MP nº 05/2017. Tal orientação decorre da vedação legal expressa à ultratividade das normas coletivas, prevista no art. 614, §3º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017. Considerando a nova Convenção Coletiva de Trabalho do SINDPD/DF 2025/2026, assinada em 10/09/2025 aguardando homologação no MTE.

Em relação ao benefício da desoneração da folha declarada pela licitante, foram apresentados os percentuais de 5% para INSS e 3,6% para a CPRB.

Para fins de subsidiar a presente análise, apresenta-se, a seguir, tabela demonstrativa dos percentuais de desoneração:

Situação	Receita das atividades não desoneradas	Receita das atividades desoneradas	Regra aplicada
	APOIO	TI	
1	≤ 5% da receita bruta total	≥ 95% da receita bruta total	A empresa recolhe CPRB (DARF) sobre toda a receita bruta. Não há contribuição patronal de 20% em GPS.
2	≥ 95% da receita bruta total	≤ 5% da receita bruta total	Não se aplica a desoneração prevista nos artigos 7º a 9º. A empresa recolhe contribuição previdenciária patronal normal (20% sobre a folha).
3	Entre 5% e 95% da receita bruta total	Entre 5% e 95% da receita bruta total	A empresa deve calcular e recolher separadamente: CPRB sobre a receita desonerada e 20% em GPS sobre a parte não desonerada.

Conforme a Lei nº 12.546/2011 - prorrogada até 2027 pela Lei nº 14.784/2023 –, a alíquota aplicável à CPRB é de 4,5%, em razão da atividade desenvolvida pela licitante, enquadrada no CNAE 62.01-5-01 (Desenvolvimento de programas sob encomenda).

Ressalte-se que a CPRB substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários, não afastando, entretanto, a obrigação quanto aos demais encargos.

Dessa forma, quando a empresa opta pela CPRB, a contribuição patronal de 20% sobre empregados não deve ser calculada, permanecendo devida apenas em casos específicos, como, por exemplo, o pró-labore dos sócios e/ou trabalhador avulso — profissional que presta serviços a diferentes empresas de forma eventual, sem vínculo empregatício formal.

De acordo com a DCTFWeb apresentada, a empresa está enquadrada no regime de tributação pelo Lucro Real – incidência não cumulativa, cujas alíquotas nominais são de 1,65% (PIS/Pasep) e 7,60% (COFINS), conforme legislação vigente.

Entretanto, destaca-se que, em razão do regime não cumulativo, a carga tributária efetiva é reduzida mediante a utilização de créditos previstos nas Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, de forma que os percentuais efetivamente recolhidos diferem das alíquotas nominais. Assim, em observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 05/2017, bem como às orientações do Tribunal de Contas da União

(TCU), informamos que os valores apresentados na planilha correspondem às alíquotas efetivas aplicadas, calculadas com base nos recolhimentos realizados e que terá que ser devidamente registrados na Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-CONTRIBUIÇÕES) do período dos últimos 12 (doze) meses.

Conforme estabelece o Edital, Item 6.4.1:

"6.4.1. Em regime de incidência não-cumulativa, a cotação deve corresponder à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada por meio da **EFD-Contribuições** dos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta ou por outro meio hábil."

CONCLUSÃO

Pelo exposto, e visando uma análise mais efetiva, sugerimos que a empresa apresente, além da adequação dos valores do vale-alimentação aos parâmetros fixados no orçamento estimado a documentação comprobatória da EFD-Contribuições dos últimos 12 meses. Tais informações permitirão concluir se a proposta apresentada pela empresa ARISTOCRATA TECNOLOGIA E APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA (CNPJ 18.125.445/0001-63) atende aos requisitos técnicos previstos no Edital e no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90010/2025.

Atenciosamente,

